



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 20/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 25 de novembro de 2015

----- Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, José Galrito e Luís Martins, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para entregar a documentação solicitada, nomeadamente o processo de Alineação de Parcela de Terreno – proc. 05/2015/88 (Rosária Baptista), bem como mencionar que a ausência da vereadora Dr^a. Dalila Barros na reunião se deve a motivos pessoais, tendo sido substituída pelo vereador Luís Martins, e como tal endereçou uma palavra de boas vindas ao mesmo. -----

----- O vereador José Pereira interveio para demonstrar o seu descontentamento pela não entrega dos documentos solicitados a 8 de julho, todavia, congratula-se que “ao fim de 140 dias” tenha sido facultada a documentação respeitante aos resumos diários de tesouraria, porém, “ainda faltam” os restantes documentos, “é que os 10 dias que a Lei obriga já passaram, há bastante tempo”. Finalizou a sua intervenção questionando qual o ponto de situação da obra do Lar de Martim Longo. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar, no âmbito dos protestos/reclamações apresentados pelos opositores, que é sua intenção, “a partir de hoje”, facultar o dossier dos resumos diários de tesouraria entre outros, podendo os mesmos serem fotocopiados, caso seja necessário. Quanto à listagem dos protocolos e/ou subsídios atribuídos informou que os referidos documentos foram presentes a reunião de Câmara, no entanto, se existir a especificação dos “protocolos que necessitam”, facultará os mesmos. Findou solicitando a colaboração do vereador Paulo Paulino, para esclarecimentos relativos ao Lar de Martim Longo. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que o edifício do Lar encontra-se concluído e que a Autarquia já contratualizou com a CONSDEP – Engenharia e Construção, S.A. a obra dos arranjos paisagísticos, visto ter sido emitido parecer do Tribunal de Contas. Deu nota igualmente que foram elaborados cadernos de encargos, encetados os procedimentos concursais e abertas as propostas do equipamento (mobiliário, lavandaria, cozinha), tendo o concurso do apetrechamento da cozinha ficado deserto, porém, iniciou-se novo procedimento. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar que existiu parecer jurídico, conforme solicitação do presidente à jurista da Edilidade, com a finalidade de “especificarmos” a nossa intenção sobre os documentos solicitados, tendo sido reconhecido “só hoje”, por parte do executivo permanente, que têm obrigação de entregar aos vereadores opositores os mesmos, a fim de ser realizado um bom trabalho como eleitos locais. Quanto aos protocolos/subsídios informou que apesar de presentes à reunião de Câmara, solicita cópia dos documentos que já lhe tinham sido entregues, dado que os mesmos se danificaram, mencionando ainda que não entende a

ausência de informação sobre a atividade da Câmara, uma vez que “o faz com legitimidade para com a Assembleia Municipal”. Findou apresentando a seguinte Declaração/Reclamação, que se passa a transcrever: “José Carlos da Palma Pereira e Luís Miguel Canelas Martins, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcútem, pelas Listas do Partido Social Democrata, veem apresentar reclamação junto de V/ Ex^a, pela não entrega dos documentos solicitados através de requerimento, apresentado em reunião de Câmara de 08 de julho de 2015, nomeadamente, resumo diário de tesouraria, listagem com protocolos/acordos/subsídios e relatório de obras e atividades. Considerando que fazemos parte do executivo municipal para o qual fomos eleitos; considerando, que na reunião de Câmara de 22 de julho, confrontamos o senhor presidente, com a não entrega dos documentos requeridos, e mais uma vez com o incumprimento do regimento da Câmara Municipal e com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio; Considerando que no dia 22 de julho, pelas 17h59m, foi-nos solicitado através de e-mail que deveríamos concretizar e especificar as datas e assunto que pretendíamos ser informados; Considerando que face às dúvidas do senhor presidente, informamos em reunião de Câmara de 09 de setembro, sobre que assuntos realmente queríamos ser informados e respetivos documentos; Considerando que na reunião do dia 23/09/2015 apresentamos protesto pela não entrega dos mesmos; Considerando que na reunião de Câmara, dia 14 de outubro, apresentamos 2.º protesto pela não entrega dos mesmos; Considerando que na reunião de Câmara, dia 30 de outubro, apresentamos 3.º protesto pela não entrega dos mesmos; Considerando que em 11 de novembro, apresentamos declaração com reclamação sobre a não entrega dos documentos solicitados. Considerando que a informação solicitada continua a não nos ser facultada, continuando a sonegação de informação a que temos direito e que é essencial para o exercício do nosso mandato; Considerando que mais uma vez o senhor presidente da Câmara não faz cumprir o Estatuto do Direito de Oposição aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que confere aos titulares do direito de oposição nas autarquias locais: o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a

sua atividade; Considerando que não foi cumprido o estatuto acima referido, assim como o regimento da Câmara Municipal, que tal atitude é recorrente, abusiva e intolerante, demonstra uma falta de consideração e respeito pro quem foi eleito e demonstra abuso de poder por parte do senhor presidente, ao evitar e tudo fazer para não facultar documentos, apresentamos esta reclamação. Os vereadores do PSD”. Questionou ainda qual a data do término da obra do Lar de Martim Longo. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que a obra “propriamente dita” já teve o seu término, tendo decorrido apenas uma suspensão na entrada do edifício, devido aos arranjos paisagísticos, referindo que o assunto já havia sido presente e discutido em reunião de Câmara.-----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar a data da última prorrogação de prazo e se já foi elaborado o auto de receção da obra, ao qual foi respondido que apenas foi elaborado o mesmo para a edificação, quanto às restantes questões não poderá esclarecer, por não ter em sua posse o dossier do processo. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que a data da última prorrogação de prazo foi no mês de junho. Continuou mencionando que tem conhecimento que foi estipulado o dia 01 de novembro para abertura do edifício, sob pena de o Centro Paroquial perder a comparticipação que estava assumida com a Segurança Social, e como tal questiona se é verdade que aquela entidade estipulou esse prazo com vista à comparticipação financeira do funcionamento do Lar. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que quando iniciou funções na Autarquia envidou esforços no sentido de marcar reunião com os respetivos responsáveis do processo, nomeadamente Centro Paroquial e Segurança Social, na medida de “sermos proactivos e irmos preparando os eventuais acordos”, para que fossem celebradas/garantidas essas comparticipações, tendo sido informado nessa reunião da inexistência de verbas, apesar de haver sensibilização sobre o assunto. Continuou referindo que posteriormente ocorreu um contacto da Segurança Social para com o “nosso parceiro (Centro Paroquial)” informando que devido ao ano “ser atípico” poderia ser alocada uma verba ao Lar de Martim Longo, todavia,

teria que haver a obrigação da conclusão das obras num determinado prazo, sendo que na altura o Diácono Albino Martins adiantou, “sem intenção”, o mês de novembro. Findou frisando que a Segurança Social contactou igualmente a Edilidade, no sentido de informar que se a obra estivesse concluída no mês de junho, “conseguiríamos” os respetivos acordos, ao qual esclareci que não existiam quaisquer garantias que a mesma finalizasse nessa data. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para questionar se o vereador José Pereira colocaria a hipótese de abrir o Lar de Martim Longo sem que estivessem executados os arranjos paisagísticos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que a sua preocupação prende-se com a gestão “que foi feita com a obra”, decorrente do compromisso assumido, como referiu o presidente, por parte do Diácono Albino Martins com a Segurança Social, sem que a Câmara Municipal tivesse sido consultada. Continuou frisando que não entende o facto de a obra ter terminado em junho e ainda não terem sido executados os arranjos paisagísticos, bem como “recorrer” a um empréstimo bancário, tendo a Edilidade dinheiro suficiente para os realizar, dando nota, de seguida, que alertou “na altura” para o visto do Tribunal de Contas, “porque à primeira nunca é visado, e vocês fizeram ouvidos moucos, sendo que o Lar ainda não se encontra em funcionamento ao final de dois anos”.-----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para frisar que a primeira pedra foi lançada em agosto de 2013, pelo anterior executivo, sem que tivessem noção da data do início da obra. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção mencionando que o que está em causa é que o executivo permanente tinha conhecimento da data estipulada, e não pressionou o empreiteiro para o término das obras, e como tal considera que houve uma má gestão, como “o demonstraram igualmente” em outras obras, nomeadamente no Edifício dos Paços do Concelho e Espaço Guadiana, tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para questionar se o vereador “queria que lhe reavivasse a memória, no âmbito do Edifício das antigas Finanças e do Centro Náutico”. O vereador José Pereira findou referindo que é inadmissível que as obras no “vosso tempo de gestão, tenham tantas prorrogações de prazo, o que

revela falta de responsabilidade e respeito pelas pessoas de Alcoutim, principalmente pela entidade que de disponibilizou a gerir o Lar e futuros utentes”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para refutar as palavras proferidas no que concerne à falta de respeito pelos alcoutenejos, dado que existem condições e/ou equações que têm variáveis que “nós não denominamos”. Mencionou de seguida que a Segurança Social foi informada que a Câmara Municipal não poderia garantir o término das obras do Lar de Martim Longo na data por eles exigida. Em relação ao Espaço Guadiana referiu que o vereador Paulo Paulino praticou, na “altura”, uma gestão de “muito bom senso”. Findou dando conhecimento que a Câmara Municipal de Alcoutim mais uma vez foi classificada na primeira posição do ranking dos Municípios, com menor prazo médio de pagamentos. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que “se o vereador não tivesse tanta pressa para lançar o Lar, provavelmente, o assunto teria corrido de outra forma”, dado que apenas se encontrava previsto na “altura” a construção do edifício propriamente dito. Deu nota ainda que o facto do assunto ter sido tratado/lançado “em cima do joelho é que é grave, e é falta de respeito por alcoutenejos, por existir muito trabalho para fazer”. ---

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que já explicou em reuniões anteriores o porquê e a urgência de lançar a primeira pedra do Lar no ano de 2013, “o que é certo é que a mesma foi lançada entre outras, neste concelho, ao invés do presente executivo, que ainda não lançou qualquer ideia de obra, ao fim de dois anos”. Adiantou de seguida que o anterior executivo tinha considerado executar os arranjos paisagísticos por administração direta, e que é da opinião que os atrasos da obra do Lar, com o projeto atual, irá conduzir a que o Município, a entidade gestora do Lar e os utentes fiquem lesados, dada a inexistência dos referidos acordos. Ainda mencionou que não corrobora com o pedido de empréstimo, tendo em conta que a Edilidade tinha dinheiro suficiente para executar os arranjos paisagísticos com capitais próprios, advindo daí diversas implicações em termos de atrasos de prazos, de vistos, etc. Findou referindo que o empréstimo no valor de € 150.000,00 não faz sentido e “é um esbanjamento”, pelas razões anteriormente demonstradas,

e pelo facto do executivo permanente, “na mesma altura”, gastar dinheiro com outro tipo de aquisições muito equiparadas, porém, informou que esclarecerá posteriormente. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que recorreram a um empréstimo porque existe a necessidade de verbas disponiveis em tesouraria, para “poderem” ser cabimentados investimentos a realizar com o apoio do novo quadro comunitário, bem como referir que deveria existir um esclarecimento sobre as declarações proferidas, nomeadamente sobre o “esbanjamento de dinheiros”, tendo o vereador José Pereira adiantado de seguida “que quando possuir a documentação esclarecerá”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que “às vezes o vereador profere palavras abusivas”, e que os dois têm interpretações diferentes em relação à palavra “sonegar”, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir que “está pela verdade e o presidente não está, pelo facto de não entregar os documentos solicitados”. O presidente continuou a sua intervenção referindo que o vereador afirmou que tinha perdido/danificado a documentação que lhe havia sido entregue. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o presidente “se o mesmo não acha que está a sonegar informação?”, uma vez que solicitou, através de requerimento, datado de 08 de julho, a entrega de documentos, e só 140 dias depois é que o presidente entregou parte dos documentos, quando tem 10 dias para os fornecer, conforme previsto no Regimento da Câmara Municipal. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para mencionar que o Lar de Martim Longo é um assunto recorrente, e que já vem do anterior executivo, no entanto, compreende a parte política de ambas as posições, acreditando que o assunto se resolverá da melhor forma, apesar das divergências/atrasos verificados. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que teve conhecimento da publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2014, que coloca o Município de Alcoutim, mais uma vez, na primeira posição do ranking dos Municípios com menor prazo médio de pagamentos a fornecedores, situação “que já vinha de trás”, e nesse sentido

Aut.

“congratula-se com o que foi feito em 2014 e espera que no ano de 2015 continue”. Questionou de seguida se a Autarquia de Alcoutim continua sem dívidas a fornecedores, e se a mesma continua a possuir uma boa situação financeira, ao qual foi esclarecido positivamente pelo presidente de Câmara. Findou referindo que as questões colocadas prendem-se com o facto de ter tido conhecimento, através de alguns munícipes, que o executivo permanente não termina a obra do lar de Martim Longo por ter herdado uma péssima situação financeira do anterior executivo. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para referir que ouviu o contrário, isto é, que a obra não termina porque a “edilidade encontra-se, no momento, falida”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que devemos refutar os comentários proferidos, “pelo jornal da soalheira”, dado que a Câmara Municipal de Alcoutim “herdou e possui” uma boa situação financeira, como já o demonstrou várias vezes. Questionou de seguida o vereador José Pereira sobre a sua opinião, em relação ao assunto em discussão, tendo o mesmo reconhecido que a Edilidade possui uma boa situação financeira. -----

----- O vereador Luís Martins usou da palavra para questionar sobre o ponto de situação da instalação da fibra ótica em diversas localidades do concelho, bem como sobre a situação das redes móveis de telecomunicações. -

----- O presidente da Câmara interveio para informar que o Município encontrar-se a elaborar um documento preparatório, para entregar na Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL, no sentido de reivindicar a correção das anomalias existentes, a nível das telecomunicações (rede móvel), bem como propor uma reunião com a Fundação PT, para solucionar as mesmas, com a maior celeridade possível. De seguida solicitou a colaboração do vereador Paulo Paulino para esclarecimentos adicionais. -----

----- O vereador Paulo Paulino iniciou a sua intervenção informando que tem conhecimento que a empresa MEO atravessa uma situação frágil, e que a DS TELECOM não concluiu a infraestrutura da fibra ótica, uma vez que não existe qualquer operador interessado na referida rede, dando de seguida como exemplo a localidade de Vaqueiros. Informou igualmente que a fibra ótica já

se encontra instalada em Martim Longo (extensão do Centro de Saúde) e Alcoutim (Centro de Saúde, CGD e CMA), devido à intervenção do Serviço Nacional de Saúde e Caixa Geral de Depósitos (CGD), que contratualizaram com a Nós Comunicações, S.A. Em relação às redes móveis de telecomunicações mencionou que a edilidade contratou uma empresa privada, com a finalidade de a mesma realizar um estudo/análise, no âmbito dos financiamentos existentes, custo dos repetidores de sinal, etc, sendo que se encontra no momento a aguardar dados mais concretos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar o acordo existente entre a Câmara Municipal, Estado Português e a DS TELECOM, e os compromissos assumidos “de parte a parte”, e como tal considera que se houve cumprimento da Edilidade de Alcoutim com o assumido, nomeadamente com a cedência de terreno/espço para publicidade e/ou colocação da BOX, deverá haver a pressão junto da empresa responsável, para término da obra. Informou ainda que o anterior executivo também contratou uma empresa privada para a realização de vários testes, a nível de captação, energia elétrica, etc. Findou sugerindo que a Câmara Municipal, com base no estudo encomendado, deverá ter uma resposta para o custo do investimento, uma vez que as várias empresas argumentam sempre que o retorno não é suficiente. ---

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º226) respeitante ao dia 24 de novembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.351.359,27; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.015.325,99; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 328.621,13 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a Ata n.º 19/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções do presidente e vereador Luís Canelas, por não estarem presentes na referida reunião, aprovar a referida Ata. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE / REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA FERNANDES FREIRE -**

VAQUEIROS: Foi presente um requerimento de Maria de Fátima Fernandes Freire, residente na Rua D. Teresa Ramalho Ortigão 17 2.º Dto/Faro, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade dos prédios rústicos: -----

----- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 6 e secção n.º 031, da freguesia de Vaqueiros, no sítio do Vale do Milho, com a área de 1,960000 ha, em nome de António Joaquim Fernandes. -----

----- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 12 e secção n.º 030, da freguesia de Vaqueiros, no sítio da Horta das Colmeotas, com a área de 0,056000 ha, em nome de António Joaquim Fernandes. -----

----- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 28 e secção n.º 011, da freguesia de Vaqueiros, no sítio da Foupana, com a área de 1,097000 ha, em nome de António Joaquim Fernandes. -----

----- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 31 e secção n.º 011, da freguesia de Vaqueiros, no sítio da Foupana, com a área de 1,464000 ha, em nome de António Joaquim Fernandes. -----

----- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 86 e secção n.º 013, da freguesia de Vaqueiros, no sítio do Cerro do Moinho, com a área de 2,468000 ha, em nome de António Joaquim Fernandes. -----

----- Em regime de duas partes, cabendo a quota de 1/2 em nome de Maria de Fátima Fernandes Freire, 1/2 em nome de Maria Rosa Fernandes Berjano, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à

informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EN 122.1/EN 124 – TROÇO ALCOUTIM/CORTE SERRANOS- 2.ª FASE – MARTIM LONGO/CORTE SERRANOS – Liberação Parcial de Seguros de Caução**

Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa à Liberação Parcial de Seguro de Caução, apresentada pela firma José de Sousa Barra & Filhos, LDA, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que seja liberado da apólice n.º 80.10.003955 a importância de € 13.318,66, ficando remanescente o valor de € 31.076,88, e do seguro de caução apólice n.º 0080.10.004381 a importância de € 13.318,66, ficando remanescente o valor de € 31.076,88, referente ao 1.º ano, emitidas pela AXA PORTUGAL – Companhia de Seguros, S.A. -----

----- **ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS – ILÍSIO CORREIA JOÃO/MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação do projeto de arquitetura, referente ao processo de licenciamento/legalização – processo n.º 07/2015 – Elísio Correia João, nos termos da informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS – Aprovação para o ano de 2016:** Foi presente uma

proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

-----1. Manter, sem atualizações, para o ano de 2016, os valores do tarifário dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos vigentes em 2015; -----

-----2. Aprovar as alterações introduzidas na estrutura tarifária, de acordo com as recomendações da ERSAR, nomeadamente: a) Isentar as tarifas de disponibilidade (água, saneamento e resíduos urbanos) para o tarifário social dos utilizadores domésticos; b) aplicar o limite de 15 m³ de consumo de água para o primeiro escalão da tarifa variável (água e saneamento) para o tarifário social dos utilizadores domésticos; c) aplicar uma tarifa variável (resíduos urbanos) única e linear (sem escalões de consumo) e indexada ao consumo de água (€/m³ de água faturada), para os utilizadores domésticos; d) aplicar uma tarifa fixa (cobrada por cada serviço prestado) e uma tarifa variável (definida em euros por m³ de lamas recolhidas) ao serviço de saneamento prestado através de redes móveis (limpeza de fossas). -----

----- O presidente da Câmara referiu que pretende manter, sem aumentos, os tarifários das águas e resíduos para o ano 2016, devido à crise económica e à débil estrutura económica de muitas das famílias do concelho, tendo existido umas pequenas retificações nos mesmos, por imposição da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. -----

----- O vereador José Pereira referiu que há alguns anos atrás o Município de Alcoutim tinha um tarifário em que os escalões de consumo da tarifa variável eram mais alargados, contudo, por imposição da ERSAR tiveram que ser revistos, e neste momento a ERSAR reconhece que um escalão maior para os tarifários sociais é mais justo, dando assim razão ao que já acontecia em Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R
out

----- **NUMERAÇÃO DE POLÍCIA – Aprovação para o Largo do Castelo/ Alcoutim:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que sejam aprovados os números de policia propostos em planta para o largo do Castelo, em Alcoutim, de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento municipal de Toponímia e Numeração de Policia do Município de Alcoutim. -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – FOSSA ESTANQUE/TACÕES:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, alienar uma parcela de terreno, registada no Património Municipal com o número 360 a Maria da Encarnação guerreiro Munhoz, pelo valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA – PROC. 07/2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de € 1.800,00 (mil e oitocentos euros) à sr.ª Jerónima antónia Fernandes, para fazer face a despesas com aquisição de aparelho auditivo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

Aut.

----- **VOTO DE LOUVOR – FRANCISCO EMÍDIO:** Foi presente uma proposta conjunta, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

----- 1. Aprovar um Voto de Louvor e Reconhecimento ao encarregado Francisco Emídio pela competência e dedicação que demonstrou durante os trinta e quatros, ao serviço da Câmara Municipal de Alcoutim; 2. Que o presente Voto de Louvor e Reconhecimento seja publicado em Diário da República e afixado em locais de estilo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **LUTO MUNICIPAL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo, deliberar ratificar o despacho – Luto Municipal (14,15 e 16 de novembro). ---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 11 de novembro de 2015, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e vinte e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Paula Martins

Pereira, secretária das reuniões do executivo municipal, da Câmara Municipal de Alcouthim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pereira', with a large, stylized flourish extending to the right.

A Secretária

Amélia Pereira